



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Estabelece normas para realização de avaliações, integração da carga horária durante o regime de aulas não presenciais/ presenciais no âmbito do Sistema de Ensino da rede do Município de Águas Lindas de Goiás – GO, no período da disseminação da COVID-19. (REANP)

O Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás, no uso das atribuições legais Art.11; alíneas "a" "b" do inciso I do Art. 12 da Lei Municipal 530/2006 e inciso III e VIII do artigo 8º da Lei Municipal 531/2006, e com fundamento no § 2º do Art. 8º e Art.11 da Lei Nº. 9.394/96 e no Art. 211 da Constituição Federal, com base na Lei de nº 26/98, Decreto 9833/2020 e nota Técnica da Secretaria de Estado da Saúde de nº 08/2020 que recomenda a suspensão das atividades presenciais em escolas até 31/07/2020, nas Notas Públicas 01/2020 este Conselho e tendo em vista o Plano de Contingência e adoção de medidas com objetivo de reduzir os riscos de contágio de disseminação da COVID-19 e de acordo decreto Municipal 1.252/2020 e ofício do CME de nº 885/2020 e Decreto Municipal de nº 1.862/2020, e Resoluções do CEE/GO de nº 09 de 30 de maio de 2020 e Resolução de nº 10 de 05 de Junho de 2020, Resolução CEE Nº 15 de Agosto de 2020, Resolução do CME de Nº 216 de 08 de junho de 2020, Decreto Municipal 2.441 de 23 de Julho de 2020, ofícios de números 973 /974 de 24 de Agosto e Lei 14.040 de 18 de Agosto de 2020 e Decreto Municipal de nº 2.872 de 04 de Setembro de 2020, em seu capítulo V Art. 15 alínea IV, conforme encaminhamentos da 35ª reunião da COE em 14/10/2020 e superintendência de vigilância em saúde, gerência de vigilância epidemiológica e centro de operações de emergências, minuta do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, cumprimento do parecer do CNE de nº 15/2020 aprovado em 06/10/2020.

Considerando o contexto de excepcionalidade impressa no cenário imposto pela pandemia da COVID-19, bem como a necessidade de zelar e cuidar da vida de todos (as) os membros da comunidade escolar e, paralelamente, manter ativo e operante o Sistema de Ensino do Município de Águas Lindas de Goiás.

Considerando a relevância do Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP) para manutenção do ano letivo de 2020 e compreendendo-o como o pilar que sustenta as atividades educacionais ao mesmo tempo em que preserva a vida humana.

Considerando a competência da Secretaria de Estado da Saúde e/ou demais autoridades sanitárias de deliberar sobre o momento oportuno para o retorno às aulas presenciais.

Considerando a legitimidade do CME em validar os atos pedagógicos aplicados por meio de tecnologia no Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, Educação Infantil (rede privada), Educação Infantil municipal, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA, Educação Inclusiva.

Sede do Conselho Municipal de Educação
Qd 43 Cj B Lt 34 Setor 02 – às margens da BR 070
Águas Lindas de Goiás-GO – CEP: 72910-004. E-mail: cme.alg@gmail.com



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Considerando cumprir as diretrizes nacionais e implementação da Lei 14040 de 18 de Agosto de 2020 que estabelece normas educacionais e excepcionais a serem adotados durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo de nº 06 de 20/03/2020 e parecer do CNE de nº 15 conforme colegiado e comissão aprovado em 06/10/2020.

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar as instituições de ensino jurisdicionada por este conselho de Educação, a manterem o Regime Especial de Aulas não Presenciais e/ou presenciais mediadas – REANP, por meio de tecnologia no Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, Educação Infantil (rede privada), Educação Infantil municipal. 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA, Educação Inclusiva.

Parágrafo único - Cumprir conforme Determinação que as atividades pedagógicas presenciais serão oferecidas pelas instituições de Educação Básica – Ensino Fundamental I, do Sistema de Ensino da rede municipal, somente após a publicação de nota técnica com orientação da autoridade sanitária estadual/municipal e de nova Resolução a ser aprovada por este Conselho Municipal de Educação.

Artigo 2º - Autorizar a integralização da carga horária relativa ao período do REANP de acordo com a carga horária prevista nos planos de curso e/ou projetos pedagógicos de cada curso/instituição, desde que garantidas as 800 horas mínimas regulamentadas pela Lei nº. 9394/96.

Artigo 3º - Determinar que a matriz curricular adotada previamente pelas instituições educacionais seja seguida, sem a prevalência de um componente curricular sobre outro.

Artigo 4º - Determinar que o Conselho de Classe das instituições educacionais identifique os objetos de conhecimento não contemplados no ano letivo de 2020, a fim de agregá-los à reestruturação do currículo a ser estabelecida para o ano letivo de 2021.

Artigo 5º - Determinar que os resultados das atividades avaliativas sejam registrados formalmente nos documentos escolares dos alunos, de acordo com as metodologias e critérios adotados pelas instituições educacionais.

§ 1º Este Conselho orienta que as avaliações da Educação Básica – Ensino Fundamental I, tenham caráter:

I - De diagnóstico – para analisar o desenvolvimento dos alunos durante o REANP e subsidiar o planejamento das intervenções e atividades propostas.

II - Formativo e Contínuo – para ajustar periodicamente o planejamento das atividades conteúdos e avaliações.

Sede do Conselho Municipal de Educação
Qd 43 Cj B Lt 34 Setor 02 – às margens da BR 070
Águas Lindas de Goiás-GO – CEP: 72910-004. E-mail: cme.alg@gmail.com



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

III - Qualitativo e Quantitativo - para avaliar habilidades e competências adquiridas com previsão de registro de notas, ancorados nos modelos de avaliações supracitadas.

§ 2º - Itens importantes a se considerar no processo avaliativo:

I - as avaliações devem ser precedidas de atividades de acompanhamento pedagógico e em diálogo com processos avaliativos contínuos, qualitativos e formativos;

II - as avaliações devem orientar-se por meio de critérios e mecanismos coerentes com o conteúdo ministrado, que contemplem estritamente as habilidades e objetos de conhecimento que a instituição conseguiu desenvolver;

III - os critérios avaliativos e de promoção devem considerar a excepcionalidade imposta pela pandemia, com atenção especial às avaliações para efeito de final de ciclo/etapa, a saber, 5º ano do Ensino Fundamental I;

IV - a frequência dos alunos deve ser considerada como importante item avaliativo, ressaltada a necessidade de vincular tal frequência ao retorno que as instituições educacionais recebem de seus alunos em relação a cada demanda ou atividade apresentada (seja por meio digital ou impresso) além da participação nas aulas virtuais e demais espaços de interação;

V - a participação da comunidade escolar no processo avaliativo, desde a colaboração durante a concepção deste processo até a execução propriamente dita;

VI - a classificação dos alunos deve ser vinculada à frequência e à qualidade da devolutiva das atividades e demandas propostas pela instituição educacional;

VII - a recuperação paralela como nova oportunidade de aprendizagem;

VIII - a avaliação deve contemplar de forma distinta os períodos referentes às aulas presenciais e de REANP;

IX - a unidade escolar deve garantir o processo de avaliação a todos seus alunos, independente do percurso e da conduta que tiveram ao longo do ano letivo.

§ 3º Em caso de transferência, compete à instituição que receber o aluno realizar avaliação para definição de seu plano de estudos.

§ 4º Instrumentos avaliativos para subsidiar o trabalho das instituições escolares:

I - espaços em salas virtuais para avaliação de aprendizagem de forma discursiva e/ou objetiva;

II - redes sociais como ferramentas que viabilizam a participação dos alunos e/ou responsáveis legais no processo avaliativo;



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

- III - drive-thru para entrega e recebimento de atividades e/ou avaliações impressas;
- IV - transporte escolar como alternativa para entrega e recebimento de atividades e/ou avaliações impressas, prioritariamente para os estudantes de zona rural, de áreas de difícil acesso e alunos que não possuem internet ou equipamentos tecnológicos que permitam acesso às aulas remotas;
- V - criação por parte dos alunos de produtos e materiais vinculados aos conteúdos estudados, como por exemplo histórias em quadrinhos, redações, poesias, narrativas, receitas e demais gêneros textuais;
- VI - apresentações virtuais destes produtos utilizando os aplicativos, por exemplo, Google Meets, Zoom, Whatsapp, exposições virtuais gerais, dentre outros recursos;
- VII - questionários de autoavaliação;
- VIII - fóruns de discussão entre alunos e professores;
- IX - avaliações diagnósticas aplicadas com periodicidades pré-definidas;
- X - avaliação oral, síncrona e online de forma individual ou em pequenos grupos de alunos.

Artigo 6º – O Conselho Municipal de Educação recomenda para os discentes que não foram contactados no sistema de ensino no decorrer do ano de 2020. Após 2020, os considerados evadidos que não conseguiram média satisfatória, e ainda os considerados Educação especial, que seja executada a possibilidade de recuperação no decorrer do ano de 2021, este Conselho recomenda ainda que seja anexado ao relatório de aprendizagem do aluno, o decreto de suspensão de aulas presenciais do Poder Executivo, nº de resolução do CME que Estabelece normas para realização de avaliações, integração da carga horaria durante o regime de aulas não presenciais/ presenciais no âmbito do Sistema de Ensino da rede do Município de Águas Lindas de Goiás – GO, no período da disseminação da COVID-19, registro de ata do Conselho Escolar e Conselho de classe. Para sanar e justificar os casos detectados e os que vierem a surgir em toda a esfera da Rede Municipal de Ensino.

Artigo 7º – Determina para os alunos da Rede Municipal de Ensino que não atingiram o percentual mínimo de frequência seja descrito no relatório o nº do Decreto Municipal e portarias executadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 8º – Este Conselho orienta inserir no sistema do diário eletrônico o reconhecimento de avaliações descritivas de relatórios com legendas P (promovido), R (retido) nos anos de 3º ao 5º ano da rede Municipal, e aplique o registro de frequência de forma diferenciada com olhar em todas as dimensões de aulas presenciais e não presenciais, uma vez que a LDB 9394/96 visa prevalecer os aspectos das avaliações qualitativas de aprendizagem.

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Educação determina que o sistema de diário eletrônico ajuste os resultados de ensino e aprendizagem do alunado do Município de Águas Lindas de Goiás.

Artigo 10º – Para o registro de avaliação referente a Educação Infantil, deverão ser de forma conjunta, considerando o desenvolvimento de habilidades/ competências para



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

formação do sujeito de acordo a dimensão de aprendizagem descrita na BNCC do Estado de Goiás e nota técnica de nº 04, visando a descrição conforme relatório de aprendizado nas modalidades das Etapas I e II, 1º e 2º ano do ciclo de alfabetização.

Artigo 11º – Determinar que as creches públicas e conveniadas mantenham efetivamente o cadastro das crianças conforme responsabilidades de escola e família, uma vez que não existe obrigatoriedade em relação à frequência do alunado, no entanto este Conselho recomenda que mantenha a organização de matrículas das crianças de 03 anos para a Etapa I de 04 anos no sistema de ensino.

Artigo 12º - As Escolas da **Rede Privada** que ofertam a Educação Infantil, deverão ser considerados registros de avaliação de forma conjunta, considerando o desenvolvimento de habilidades/ competências para formação do sujeito de acordo a dimensão de aprendizagem descrita na BNCC do Estado de Goiás e nota técnica de nº 04, visando a descrição conforme relatório de aprendizado nas modalidades das Etapas I e II.

Artigo 13º - O Sistema de Ensino por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual a Secretaria Municipal de Educação do Município de Águas Lindas de Goiás deverá assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades.

Artigo 14º - Cumprir as normas inspecionais para avaliação da Educação de Jovens e Adultos – EJA no âmbito de regime especial de aulas não presenciais – REANP, conforme resolução do CEE/CP nº 10 de 05 de Junho de 2020.

Artigo 15º - As Unidades de Ensino deverão desenvolver os conteúdos conforme as normas da BNCC.

Artigo 16º – Este Conselho recomenda que caso retorne as aulas dos setores privado e público referente a Educação Infantil, esta decisão deverá ser alterada conforme decreto do município (peculiaridades), sendo necessária a deliberação da Secretaria de Saúde e seguindo 30% dos protocolos da pandemia COVID 19.

Artigo 17º – Este Conselho orienta para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da educação, e observe o artigo 23 da LDB, e conforme a BNCC verifiquem as possibilidades de critérios e formas de organização da trajetória escolar e integralização da carga horária mínima do ano afetado pela pandemia COVID-19, podendo ser efetivado no ano subsequente optando pela não reprovação nas séries escolares contínuas e observando as diretrizes editadas pelo Conselho Nacional de Educação e BNCC, reordenando o ano letivo de 2020 com a possibilidade de ser reprogramado a aprendizagem em reagrupamento no ano letivo de 2021.

Artigo 18º – O Conselho Nacional de Educação é responsável por estabelecer normas educacionais as instituições de ensino conforme a lei de nº 14.040/2020.7, cabe a Secretaria Municipal de Educação do Município de Águas Lindas de Goiás em cumprir e

Sede do Conselho Municipal de Educação
Qd 43 Cj B Lt 34 Setor 02 – às margens da BR 070
Águas Lindas de Goiás-GO – CEP: 72910-004. E-mail: cme.alg@gmail.com



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal Nº. 531/2006
CNPJ: 10.209.346/0001-58



RESOLUÇÃO CME Nº 217 DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

definir seu calendário de retorno as aulas presenciais e não presenciais, de acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais (secretaria municipal de saúde e dos entes federados), tendo em conta que identifique os riscos envolvidos na volta das aulas presenciais e mantenha mapeamento de riscos locais, observando regras de gestão, protocolos, participação das comunidades escolares.

Artigo 19º - As Unidades de Ensino deverão observar regras de higiene, distanciamento físico dos discentes, funcionários, profissionais da educação e realizar escalonamento de horário de entrada e saída para evitar aglomerações e seguir as medidas de segurança recomendadas conforme decreto enaltecido do poder executivo.

Artigo 20º - Este Conselho recomenda-se a Secretaria Municipal de Educação do Município de Águas Lindas de Goiás que as unidades escolares jurisdicionadas por este conselho deverão de modo evitar o aumento de reprovação no final do ano letivo de 2020 e atenção aos critérios de promoção do alunado em continuar ou não aplicando o ensino remoto, os quais os currículos devem ser substituídos para que não há soluções únicas.

Artigo 21º - Determina que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Águas Lindas de Goiás encaminhe ao Conselho Municipal de Educação todo processo de atividades de aulas não presenciais e ou/presencias aplicados por meio de tecnologia no sistema municipal de ensino para validação dos atos mantidos.

Artigo 22º - Esta presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência do Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás – GO, em Águas Lindas de Goiás aos 27 dias do mês Outubro de 2020.



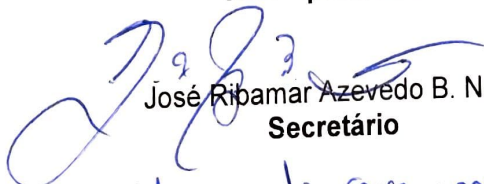
Aldo Quintiliano Leão Neto

Presidente



Elane Santos de Jesus

Vice – presidente



José Ribamar Azevedo B. Neto

Secretário



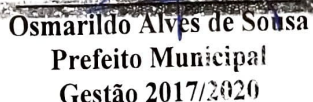
Jacielma de Sousa Moura – **Conselheira**



Ednaldo Paulo Azevedo – **Conselheiro**

**Homologada no CME em
plenário**

Em - 11 / 11 / 2020


Osmarildo Alves de Sousa
Prefeito Municipal
Gestão 2017/2020